

Remetente:

Eduardo Arruda Alvim

Rua Atlântica, 516 – São Paulo – SP

CEP: 01440-902

eduardoarrudaalvim@terra.com.br

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	XI
<i>Apresentação à 2ª Edição</i>	XV
Capítulo I – Mandado de Segurança – Noções Propedêuticas	1
1.1. Particularidades da Área Tributária	2
1.2. Processo Tributário e Procedimento Administrativo Tributário	4
1.3. Processo Tributário	7
Capítulo II – Mandado de Segurança – Parte Histórica	13
2.1. Suas Raízes	13
2.2. Evolução Histórica no Plano do Direito Constitucional	23
2.3. O Mandado de Segurança e o Estado de Direito	27
2.4. Síntese	28
Capítulo III – Sujeitos no Mandado de Segurança	29
3.1. O Impetrante	29
3.2. Autoridade Coatora	36
3.3. Litisconsórcio e Mandado de Segurança	37
3.4. Litisconsórcio Passivo Necessário	37
3.5. Litisconsórcio Ativo (Facultativo)	40
3.6. Posição do Ministério Público	41
3.7. O Mandado de Segurança contra Ato Judicial e o Magistrado	49
Capítulo IV – Sujeito Passivo em Mandado de Segurança – Autoridade Coatora	51
4.1. Considerações Iniciais	51
4.2. Autoridade Coatora como Órgão Público	57
4.3. Observações a propósito do Conceito de Parte	61
4.4. Mandado de Segurança e Assistência	67
4.5. Ciência da Pessoa Jurídica Interessada	68
4.6. Autoridade Coatora – Possibilidade de sua Substituição <i>Ex Officio</i>	69
4.7. Atos Compostos e Atos Complexos – Hipótese de Obediência Hierárquica	74
4.8. Autoridade Coatora e Competência	84
Capítulo V – Direito Líquido e Certo – Conceito	87
5.1. A Prova e o Mandado de Segurança	87

5.2. Natureza Jurídica do Direito Líquido e Certo.....	103
5.3. Ilegalidade ou Abuso de Poder.....	105
5.3.1. Omissão da Autoridade Coatora.....	107
5.4. Outros Aspectos Relevantes.....	110
 Capítulo VI – Prazo Decadencial de Impetração (120 Dias).....	113
6.1. Natureza Jurídica.....	113
6.2. A Questão de sua Constitucionalidade.....	117
6.3. Termo Inicial da Contagem do Prazo.....	122
6.3.1. Termo Inicial do Prazo e Pedido de Reconsideração.....	123
6.3.2. Termo Inicial e Mandado de Segurança contra Omissão de Autoridade.....	127
6.3.3. Termo Inicial e Mandado de Segurança em Matéria Tributária.....	128
6.3.3.1. Termo Inicial em Mandado de Segurança em Matéria Tributária e a Impetração Preventiva.....	129
6.4. Exercício do Direito.....	135
 Capítulo VII – Mandado de Segurança Preventivo – Mandado de Segurança contra Lei em Tese.....	139
7.1. Considerações Iniciais.....	139
7.2. O “Justo Receio” (parte final do art. 1º da Lei nº 12.016/09).....	145
7.3. Mandado de Segurança Preventivo e Tributos Sujeitos a Lançamento por Homologação.....	150
7.4. Mandado de Segurança e Lei de Efeitos Concretos.....	152
7.4.1. Exemplos de Impetração Preventiva em Matéria Tributária.....	155
7.5. Mandado de Segurança Preventivo e Ato Judicial.....	155
7.6. Mandado de Segurança Preventivo e Consulta Fiscal.....	156
 Capítulo VIII – Liminar em Mandado de Segurança.....	161
8.1. Natureza Jurídica da Liminar em Mandado de Segurança.....	161
8.2. Relevância dos Fundamentos do Pedido e <i>Fumus Boni Juris</i>	166
8.3. <i>Periculum in Mora</i> no Mandado de Segurança e no Processo Cautelar.....	169
8.4. Liminar em Mandado de Segurança e Discricionariedade Judicial.....	173
8.5. Possibilidade de Concessão <i>Ex Officio</i> de Liminar em Mandado de Segurança.....	189
8.6. Recorribilidade da Decisão que Concede ou Denega Liminar em Mandado de Segurança.....	191
8.7. Recorribilidade das Decisões dos Presidentes dos Tribunais ou dos Relatores em Mandados de Segurança.....	201
8.7.1. Aspectos Gerais.....	205
8.7.2. Recursos Cabíveis.....	213
8.7.3. Pedido de Suspensão da Liminar – Outros Aspectos Relevantes.....	217
8.7.4. Da Impossibilidade de se Condicionar (como regra) a Concessão da Liminar – a caução ou depósito.....	224
8.7.5. Restrições ou Vedações Impostas à Concessão de Liminar em Mandado de Segurança (por leis infraconstitucionais).....	232
8.7.6. Liminar e Denegação da Segurança.....	243
8.7.7. Multa, Juros Moratórios e Correção Monetária do Tributo, em Caso de Denegação da Segurança.....	253
8.7.8. Posição da Administração em face da Sentença Denegatória do Mandado de Segurança, Cassando Liminar Inicialmente Concedida.....	260

Capítulo IX – Noções sobre Crédito Tributário – Aspectos do Lançamento Tributário.....	261
9.1. Crédito Tributário – Breves Considerações.....	261
9.2. Ações Cautelares, Antecipação da Tutela e a Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	270
9.3. Outras Considerações sobre a Liminar em Mandado de Segurança e Crédito Tributário.....	276
9.4. Necessidade de Notificação do Lançamento para que Opere Efeitos em Relação ao Sujeito Passivo da Obrigação Tributária.....	278
9.5. Impetração Preventiva antes do Lançamento.....	279
9.6. Suspensão da Exigibilidade do Crédito e o Prazo Decadencial do Art. 173 do CTN.....	280
Capítulo X – Sentença no Mandado de Segurança.....	284
10.1. Ações Mandamentais.....	284
10.1.1. Critérios Classificatórios Distintos.....	290
10.1.2. Atos Administrativos Nulos e Anuláveis – Efeitos.....	292
10.1.3. Execução de Sentença.....	294
10.2. Coisa Julgada.....	297
10.3. O Problema da Relação Tributária Continuativa e a Coisa Julgada.....	304
10.4. Honorários em Mandado de Segurança.....	306
10.4.1. Posição do Superior Tribunal de Justiça e a Lei nº 12.016/09.....	308
10.5. Aplicação Subsidiária do CPC ao Mandado de Segurança – Alguns Aspectos Relevantes.....	310
Capítulo XI – Mandado de Segurança contra Ato Judicial.....	315
11.1. Considerações Iniciais.....	315
11.2. Breve Panorama Doutrinário e Jurisprudencial do Mandado de Segurança contra Ato Judicial antes do Advento da Lei nº 9.139/95.....	317
11.2.1. Mandado de Segurança para Atribuir Efeito Suspensivo a Recurso e Medida Cautelar com a Mesma Finalidade.....	321
11.2.2. Hipóteses Atuais de Cabimento de Mandado de Segurança contra Ato Judicial.....	324
11.2.3. Mandado de Segurança contra Ato de Tribunal Local.....	331
Capítulo XII – Recursos e o Duplo Grau Obrigatório em Mandado de Segurança.....	333
12.1. Mandado de Segurança e Remessa Necessária.....	333
12.2. Legitimidade para Recorrer.....	339
12.3. Benefícios dos Arts. 188 e 191 do CPC.....	341
12.4. Recursos em Espécie.....	342
12.4.1. Embargos Infringentes.....	342
12.4.2. Agravo.....	351
12.4.3. Demais Modalidades Recursais.....	362
12.5. Desistência do Mandado de Segurança.....	371
Capítulo XIII – Mandado de Segurança Coletivo.....	373
13.1. Generalidades.....	373
13.2. Legitimidade Ativa.....	377

13.2.1. Alínea <i>B</i> do Inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal.	378
13.2.2. Alínea <i>A</i> do Inciso LXX.....	398
13.3. A Exigência de Caso Concreto.....	403
13.4. Aplicabilidade do Mandado de Segurança Coletivo em Matéria Tributária... .	406
13.5. Coisa Julgada no Mandado de Segurança Coletivo.....	415
13.6. Da Limitação Territorial Prevista no Art. 16 da Lei de Ação Civil Pública, Introduzida pela Lei nº 9.494/97.....	417
Capítulo XIV – Mandado de Segurança – Conclusões Finais.. . . .	423
Bibliografia	433
Índice Onomástico	449
Índice Alfabético-Remissivo.	455
Índice Legislativo...	473